

Município de Campos do Jordão

Programa Municipal de Concessões e Parcerias Público Privadas

Serviços de Iluminação Pública

Histórico e Situação Atual dos Serviços

1. Historicamente os ativos da iluminação pública pertenciam às Concessionárias;
2. Em 2010 a Aneel (Agencia Nacional de Energia Elétrica) publicou a Instrução Normativa 414/2010, por meio do qual foi transferido aos Municípios a propriedade dos ativos da iluminação pública municipal e a obrigação de mantê-los, modernizá-los, expandir a rede, etc;
3. Houve contestação judicial dessa “transferência de competência” das Concessionárias para os Municípios, porém a posição massivamente majoritária dos tribunais judiciais e dos tribunais de contas (inclusive do TCE-SP) é pela validade da norma;
4. Desde então os Municípios vem exercendo – sem experiência e conhecimento técnico adequado – essas competências, o que implicou até mesmo, na grande maioria – numa piora da qualidade dos serviços;
5. As soluções encontradas pelos Municípios passam por (i) prestação direta dos serviços – que já foi nosso caso, (ii) pela contratação de prestação de serviços por terceiros (ocorrente hoje) e (iii) pela delegação dos serviços via PPP (concessão administrativa), que ora estamos estudando;

Histórico e Situação Atual dos Serviços

1. As soluções encontradas pelos Municípios passam por (i) prestação direta dos serviços – que já foi nosso caso, (ii) pela contratação de prestação de serviços por terceiros (ocorrente hoje) e (iii) pela delegação dos serviços via PPP (concessão administrativa), que ora estamos estudando;
2. A Concessão Administrativa se torna muito interessante porque transfere ao particular a competência pelos investimentos necessários, frente a carência de recursos para os investimentos;
3. Para os estudos utilizamos o instituto da PMI que propicia aos particulares realizarem os estudos necessários para demonstrar a possível vantajosidade da adoção do sistema de PPP para o caso;
4. Trazemos a população audiência pública e posterior consulta pública dos estudos, para colher contribuições e levaremos o sistema a licitação pública.

Os estudos

1. Foram realizados estudos em três vertentes: (i) estudos de engenharia; (ii) estudos econômico-financeiros e (iii) estudos jurídicos;
2. No campo da Engenharia foi (i) levantada a situação atual do parque de iluminação pública, verificando-se (a) a situação das instalações, (b) os principais problemas encontrados e (c) o próprio consumo de energia;
3. Foi realizada ainda uma (ii) análise urbanística integrada, levantando os elementos do Município que devem interferir no estabelecimentos das propriedades da rede de iluminação, quando se analisou:
 1. O Plano Diretor do Município;
 2. O Histórico da Ocupação do Município;
 3. Fez-se uma análise morfológica e funcional da paisagem urbana – zoneamento de uso e ocupação do solo urbano;
 4. Infraestrutura urbana, inclusive da hierarquia viária;
 5. Transporte Público;
 6. Sistema cicloviário;
 7. Circuitos turísticos;
 8. Áreas de lazer, parque, praças e centros esportivos;
 9. Equipamentos sociais de uso noturno;
 10. Locais e edificações de interesse turístico e cultural;
 11. Atividade comercial e de serviços;
 12. Atividade industrial e
 13. Eixos especiais
4. Em seguida se desenhou:
 1. um plano de modernização; e
 2. Um plano operacional

Método dos estudos e premissas

1. O estudo de modernização e efficientização da iluminação pública foi elaborado a partir das seguintes premissas:
 - a) Execução de inventário e cadastramento do parque de iluminação;
 - b) Análise da iluminância atual;
 - c) Análise urbanística integrada;
 - d) Definição dos índices luminotécnicos normativos para os métodos de cálculo;
 - e) Proposta para o Plano de Modernização;
 - f) Proposta da Modelagem operacional.

Situação Atual do Parque de Iluminação Pública

1. Foi realizado um inventário e cadastramento do parque de iluminação pública;
2. Este diagnóstico embasou (i) a proposta a iluminância mínima; (ii) em função da proposta de modernização e efficientização do Parque;
3. Constatou-se que o parque é composto por 9.541 luminárias com tais tipos de lâmpadas:

Tipo	Quantidade
Vapor de Sódio	5371 2611 264 1.136
Vapor Metálico	9 20 16 8
LED	106
Total	9.541

Situação Atual do Parque de Iluminação Pública

1. Grande parte dos postes são de concreto com luminárias de alumínio fundido em braços curtos, médios e longos, instalados a uma altura de aproximadamente 8 metros;
2. Ainda são encontrados muitos postes de madeira;
3. Em canteiros centrais, praças e jardinetes soa encontrados postes baixos com luminárias tipo ornamental e lâmpadas de várias tipologias, incluindo LED;
4. Na maioria eles estão dispostos em um lado da via em as vias com canteiro central têm-se postes nas duas calçadas

Principais problemas encontrados

1. A iluminação é insuficiente e gera insegurança na população, uma vez que tem os seguintes problemas:
 1. Vegetação sobreposta ao poste cobrindo a luminária;
 2. Deficiência nas luminárias;
 3. Falta de manutenção – lâmpadas apagadas no período noturno;
 4. Iluminação abaixo do que preconiza as normas (falta a instalação de luminárias e a potencia baixa de lâmpadas);
 5. Lâmpadas acesas no período diurno;
 6. Problemas na fixação e estabilidade de postes;
 7. Insuficiência da quantidade de postes e luminárias
2. Dificuldade de investimento apesar do consumo de energia não estar fora dos padrões (405.761kwh a um custo mensal médio de R\$ 150.000/mês)

Proposta de iluminação:

1. Nos mapas 13 a 16 do caderno 1 dos estudos são verificados a iluminação necessária para cada rua e local e da cidade;
2. E para tal fim devem ser utilizadas luminárias e lâmpadas com maior eficiência energética, demonstradas nas tabelas 22 a 24 do caderno 1 dos estudos, inclusive com classificação das prioridades (quadro 25 do mesmo caderno);
3. Outros equipamentos propostos:
 1. Sistema de monitoramento e segurança
 2. Módulo de telegestão;
 3. Projetos especiais para (i) calçadão do Capivari e Praça Capivari, (ii) Praça Isabel Cury Paulo, (iii) Praça da Fonte da Amizade

Modelagem Operacional:

1. Plano de modernização: utilização de sistemas mais eficientes proporcionado uma redução de energia
2. Programação dos investimentos: se dará ao longo do primeiro ano da Concessão, atendendo a ordem de prioridade decorrentes dos estudos técnicos;
3. Os equipamentos comprometidos serão substituídos;
4. Serão instalados 400 postes adicionais para atender a demanda reprimida no primeiro ano da Concessão;
5. Foi considerado como obrigação da concessionária atender a instalação de novos postes de crescimento vegetativo, considerando 1% ao ano;
6. Há previsão de serviços de iluminação especial, para datas comemorativas, por exemplo;
7. Sistemas de vigilância e segurança;
8. Bases de manutenção e operação com CCO;

Modelo Jurídico

1. Concessão Administrativa – espécie de PPP;
2. Vantagens: (i) investimento realizado pelo particular; (ii) Município estabelece metas de qualidade e abrangência dos serviços que se não cumpridos geram redução da remuneração do concessionário e penalidades ao mesmo; (iii) Município se apegar ao seu papel de regulador e fiscalizador;
3. Prazo da Concessão será o suficiente para o concessionário recuperar seu investimento - entre 5 e 35 anos (será definido quando do lançamento do edital – hoje algo próximo a 30 anos);
4. Particular tem garantia de remuneração uma vez que faz investimento antecipado (previsão legal expressa)

Minuta de Edital

Atende parâmetros impostos pela jurisprudência do TCE-SP

1. Licitação na Modalidade Concorrência Pública;
2. Critério de Julgamento: Menor Contraprestação;
3. Objeto (concessão administrativa) engloba inúmeros serviços para gerar viabilidade econômica (jurisprudência do TCE-SP indica a adoção)
4. Obrigatória a realização de visita técnica;
5. Poderão participar pessoas jurídicas e e consórcios de empresas, além de fundos e fundações;
6. Não haverá inversão de fases (habilitação, proposta técnica e proposta de preço);
7. Habilitação: (i) habilitação jurídica comum; (ii) regularidade fiscal e trabalhista comum (qto a certidão municipal só se exige a de tributos mobiliários); (iii) exige-se qualificação técnica da empresa e de engenheiro responsável compatível com a jurisprudência do TCE-SP; (iv) na qualificação econômica exige-se índices e patrimônio líquido, além de garantia de proposta;

Minuta de Contrato

Atende parâmetros impostos pela jurisprudência do TCE-SP

1. Condição de eficácia: instituição de conta garantia e contratação de banco gestor de todos os valores arrecadados como COSIP ou CIP;
2. Licenças e Autorizações: licenças prévias devem ser obtidas pelo Poder Público e as de instalação e funcionamento devem ser obtidas pelo particular;
3. Obrigações do Concessionário compreendem investimentos e prestação dos serviços;
4. Concessionário se remunera por contraprestação paga pelo Poder Público e mais receitas acessórias;
5. Concessionária deve ser uma sociedade de propósito específico (SPE);
6. Contratos são reajustados anualmente e haverá revisão ordinária a cada 3 ou 5 anos e extraordinária sempre que a hipótese exigir;
7. Garantia Pública de pagamento: isolamento em contra específica sempre com 3 mensalidades depositadas – conta garantia;
8. Hipóteses de extinção: (i) advento do termo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão pela concessionária ou mutuo acordo; (v) anulação; (vi) falência da concessionária;
9. Meios de solução de conflito: (i) comitê técnico; (ii) arbitragem.
10. Os riscos do contrato foram atribuídos a quem melhor pode geri-los segundo a matriz que será apresentada já na consulta pública

Aspectos Econômicos

1. Premissa é manter valores cobrados dos usuários a título de CIP e, se necessário aumento, que incida sobre os maiores consumidores;
2. O Investimento previsto (Capex) é superior a 43 milhões, conforme detalhado na tabela 30 do caderno dos estudos economicos
3. A taxa interna de retorno (TIR) do projeto está prevista para 10,16% e o Payback (prazo para retorno do investimento) é de 9 anos